

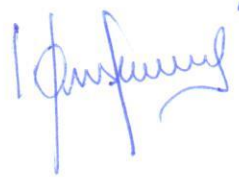
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI NÚMERO 028/2013 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO PROGRAMA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU PARA 2014.**

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois e treze, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Mandaguaçu, foi realizada audiência pública para elaboração e discussão do Projeto de Lei nº 28/2013 que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município para 2014, cumprindo assim a determinação contida na Lei Complementar número 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 48, parágrafo único, inciso I, alterada pela Lei Complementar número 131/2010, de 27 de maio de 2009. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Câmara Municipal Vereador Gustavo Henrique Saes registrou a presença do Excelentíssimo Senhor Ismael Ibraim Fouani, Prefeito Municipal, do Ilustríssimo Senhor Marcos Rocco Assessor Contábil da Prefeitura, do Ilustríssimo Senhor Ederson Fábio da Silva, Contador da Prefeitura Municipal, dos Excelentíssimos Vereadores e demais autoridades. Em seguida esclareceu que a referida audiência pública estava sendo realizada para a discussão e do Projeto de Lei que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município para 2014, destacando a importância desta audiência, oportunidade em que, juntamente com a população local foi discutido o projeto de lei sobre a estimativa da receita e fixação da despesa do município para 2014. O Senhor Presidente passou a palavra ao Prefeito Municipal que parabenizou a atitude da Câmara em analisar a fundo os projetos enviados para votação e destacou a necessidade de aproximação, com mais reuniões, entre os técnicos da Secretaria de Fazenda e da Comissão de Orçamento e Finanças. Destacou que a questão do cascalho é um problema que envolve lei federal e que está em estudo uma solução para o caso. O Senhor Presidente passou a palavra o senhor Marcos Rocco, informando que as dificuldades no planejamento dos gastos do ano de 2013 se devem às inúmeras mudanças na CASP-Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no SIM-AM-Sistema de Informações Municipais-Acompanhamento Mensal. Pediu a palavra o Vereador José Roberto Mendes que destacou acompanhar as várias atividades executadas pelas secretarias do município; elogiou o esforço do Departamento de Obras na tentativa de cascalhar as estradas rurais do município, sendo necessário conseguir uma área de extração que fique à disposição do município; falou da necessidade de buscar recursos em outras esferas para melhora da área rural; parabenizou a Secretaria de Educação pelo investimento de aproximadamente 9 milhões na educação; sobre a Saúde, destacou que o aumento da população tem demandado aumento de recursos para os próximos anos, readequando as despesas à nova realidade. Pediu a palavra o Secretário de Agricultura destacando que o município está aguardando autorização dos órgãos competentes para reiniciar a extração. Em seguida, pediu a palavra o Vereador João Ramos Costa citando a necessidade de melhorar a Lei Orçamentária Anual com maior antecedência, principalmente quanto a valores. Usou a palavra a Secretária de Educação, destacando as dificuldades encontradas em 2013, principalmente pela drástica redução dos valores que devem ser repassados pelos governos federal e estadual para ajuda no transporte e na merenda escolar. Fez uso da palavra o Vereador Denilson Donizete Caleran que falou sobre o estado de conservação de alguns ônibus

escolares, rodando com pneus sem condições de segurança. Usando a palavra o senhor Dilmar Rocha, Controlador Interno da Prefeitura, informando que fez auditoria recentemente na garagem e verificou que existem pneus novos em quantidade suficiente para atender a demanda. Usando a palavra o Vereador Manuel Caraçato destacou a necessidade de renovação da frota do município e frisou o exagero nos gastos com manutenção e peças para os veículos. O Senhor Presidente abriu palavra aos presentes, não havendo manifestação dos mesmos, informou aos Senhores Vereadores e a todos os presentes que uma vez realizada a audiência, o projeto de lei será encaminhado para a comissão de constituição, legislação e redação para a emissão de parecer conclusivo quanto à sua admissibilidade, após emitido parecer favorável a sua tramitação, ficará aberto o prazo de dez dias para a apresentação de emendas ao mesmo. Não havendo mais nada a tratar agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a audiência pública. E para constar, foi lavrada a presente ata que vai por todos assinada.



Moror Rocha:



26

